



ENSINO SUPERIOR

Presidente diz que, pelo "conjunto da obra", é injustificável a paralisação de professores e técnicos durar tanto. Chefe do Executivo anuncia R\$ 5,5 bilhões do PAC para obras em unidades federais e R\$ 400 milhões destinados à recomposição do orçamento de custeio

Lula critica greve: "Não há muita razão"

» VICTOR CORREIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva cobrou, ontem, o fim da greve na educação superior. Em reunião com reitores no Palácio do Planalto, onde anunciou novos aportes para o setor, o chefe do Executivo enfatizou não haver "muita razão" para que professores e servidores técnico-administrativos continuem parados. Também lembrou que foi dirigente sindical e que, quando defendeu o "tudo ou nada", acabou ficando sem nada em muitas negociações.

O recado ocorreu após o anúncio de R\$ 5,5 bilhões do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para obras em unidades federais. Também foi divulgada uma recomposição de R\$ 400 milhões para o orçamento de custeio das instituições federais, como manutenção dos prédios e financiamento de pesquisas científicas.

Professores e técnicos não foram convidados para o encontro no Planalto e organizaram um protesto na Praça dos Três Poderes simultâneo aos anúncios.

"A greve tem um tempo para começar e um tempo para terminar. A única coisa que não pode acontecer é que ela termine por inanição, porque as pessoas ficam desmoralizadas", declarou Lula, ao fim da solenidade. "Eu era dirigente sindical, eu nasci no tudo ou nada. É 100% ou é nada. Muitas vezes, eu fiquei com nada. E acho que, nesse caso da educação, se vocês analisarem o conjunto da obra, não há muita razão para essa greve durar o tempo que ela está durando", acrescentou.

O governo organizou o anúncio de mais recursos para a educação superior na esperança de pôr fim à greve nesta semana. A paralisação dura 60 dias, no caso dos professores, e quase 90 dias, dos servidores

técnico-administrativos. Eles reclamam de que a gestão federal não acatou o pedido de reajuste ainda em 2024, apenas em 2025 e 2026. Já o Executivo insiste não ser possível fazer a recomposição neste ano e considera a proposta fechada. Os termos foram apresentados para os professores — e serão levados, hoje, aos técnicos, em encontro da mesa de negociações. São 9% de reajuste em 2025, e 5% em 2026.

Por sua vez, o ministro da Educação, Camilo Santana, disse não ver motivo para a greve desde o seu início. Ele argumentou que o governo sempre esteve disposto a negociar com as categorias e que a paralisação deveria ser o último recurso. "Este foi um governo que reabriu todas as mesas de negociação, com todas as categorias de servidores públicos do nosso país. Todas. Então, eu acho que a greve é quando não há mais diálogo, mais condições de debater e discutir", argumentou.

O ministro destacou, ainda, que a proposta apresentada pelo Executivo representa R\$ 20 bilhões a mais no orçamento do Ministério da Educação e que, a depender do cargo, incluindo reajustes salariais e benefícios, a recomposição fica entre 23% e 43%.

Além do encontro de hoje com técnicos, o Ministério da Gestão marcou uma nova reunião, na quinta-feira, com os professores.

Com os anúncios, o orçamento para o custeio de 2024 chega a R\$ 6,38 bilhões, ainda distante dos R\$ 8,5 bilhões defendidos pela Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais de Ensino (Andifes). O valor considera o orçamento de 2017, corrigido pela inflação. Desde então, o aporte federal para a educação superior sofreu sucessivos cortes.

No encontro, a reitora da Universidade de Brasília (UnB)

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Presidente Lula anunciou os recursos em evento no Palácio do Planalto, com a participação de reitores

Investimentos anunciados

Veja os principais pontos

■ O governo anunciou R\$ 600 milhões para a construção dos 10 novos campi universitários. As cidades escolhidas são:

- » São Gabriel da Cachoeira (AM)
- » Rurópolis (PA)
- » Cidade Ocidental (GO)
- » Baturité (CE)
- » Estância (SE)
- » Jequié (BA)
- » Sertânia (PE)
- » Ipatinga (MG)
- » São José do Rio Preto (SP)
- » Caxias do Sul (RS)

■ Serão repassados R\$ 250 milhões, que se somam ao R\$ 1,5 bilhão, destinado em agosto de 2023, para 31 hospitais universitários da

Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh):

- » 2 hospitais no Centro-Oeste, com um investimento de R\$ 66 milhões
- » 14 no Nordeste, onde o repasse chegará a R\$ 572 milhões
- » 3 no Norte, onde serão investidos R\$ 160 milhões
- » 7 no Sudeste, onde o custo previsto é de R\$ 550 milhões
- » 5 no Sul, a R\$ 385 milhões

Melhorias em universidades

- » 51 obras nas universidades da Região Norte, totalizando R\$ 271 milhões
- » 117 no Nordeste, com R\$ 808 milhões investidos
- » 76 no Sudeste, com R\$ 815 milhões
- » 58 no Sul, com R\$ 322 milhões

» 35 no Centro-Oeste, com R\$ 205 milhões

■ O Programa Bolsa Permanência (PBP), destinado a estudantes de baixa renda, será ampliado em 5.600 novas vagas, por meio de um aporte de mais R\$ 35 milhões, o que deixa o programa com um orçamento de R\$ 233 milhões (um aumento de 135% em relação a 2022 e de quase 60% em relação a 2023)

■ Para a educação profissional e tecnológica (EPT), foram anunciados investimentos de R\$ 3,9 bilhões para a construção de 100 novas unidades e consolidação dos 685 atuais campi dos institutos federais (IFs).

e presidente da Andifes, Márcia Abrahão, insistiu para que governo e servidores cheguem a um acordo ainda nesta semana. Ela também defendeu o reajuste salarial, sem citar o ponto sobre recomposição ainda em 2024.

"Há técnicos que chegam a ganhar menos do que um salário mínimo", declarou. "Esperamos que ainda esta semana governo e sindicatos cheguem a uma solução negociada."

Márcia Abrahão frisou também que o montante anunciado pelo governo ainda está longe do necessário para o bom funcionamento das instituições.

Demandas

Ontem, a Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (Fasubra) e o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes) encaminharam ofícios ao senador Confúcio Moura, relator do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, nos quais apresentam suas demandas.

O Andes pede ao relator: "Retirar o impedimento de equiparação dos valores dos benefícios auxílio-creche e saúde suplementar, com os dos (as) demais servidores(as) dos Poderes Legislativo e Judiciário"; e "previsão dos valores que correspondem ao impacto orçamentário dos reajustes salariais de docentes, em negociação com o governo federal, para os anos de 2025 e 2026, nos montantes aproximados de R\$ 4,3 bilhões no orçamento de 2025 e R\$ 2,7 bilhões no orçamento de 2026".

A Fasubra explica que deflagrou greve nacional há quase 90 dias, "após negociações improdutivas". Entre as reivindicações, está a "recomposição salarial, no piso de referência, com os índices de pelo menos 4% em 2024 (inflação), 9% em 2025 e 9% em 2026".

NAS ENTRELINHAS



Por Luiz Carlos Azevedo
luizazevedo.df@dabr.com.br

França, Bélgica e Alemanha: direita, volver!

O presidente francês, Emmanuel Macron; o primeiro-ministro belga, Alexander De Croo; e o primeiro-ministro alemão, Olaf Scholz, foram os grandes perdedores das eleições para o Parlamento Europeu, nas quais os partidos de extrema direita tiveram o seu melhor desempenho, com a conquista de quase um quarto dos assentos.

Macron foi o primeiro a reagir: dissolveu a Assembleia Nacional e convocou eleições nacionais, nas quais o favorito a primeiro-ministro é o novo líder da extrema direita francesa, Jordan Bardella, de 28 anos, o cabeça de lista do Reagrupamento Nacional, de Marine Le Pen, que teve o dobro dos votos do Renascimento, partido do presidente francês.

Na Bélgica, o primeiro-ministro Alexander De Croo pediu demissão, porque perdeu também as eleições locais, federais e regionais. Na Alemanha, os

sociais-democratas do chanceler Olaf Scholz, de centro-esquerda, perderam muita influência, mas o primeiro-ministro não pretende antecipar eleições nem renunciar.

Na Hungria, aconteceu o contrário: o enfraquecimento da direita mais radical, representada pelo Fidesz do primeiro-ministro Viktor Orbán. O novo partido centrista Tisza, de Péter Magyar, cresceu muito e encostou no partido de Orbán.

Com 14% dos votos, o SPD ficou atrás da Alternativa para a Alemanha, de extrema direita, que subiu para o segundo lugar, com 16%. A Democracia-Cristã, da ex-chanceler Angela Merkel, continua sendo o partido mais forte, com aproximadamente 30%. Os Verdes e o Partido Liberal, da coalizão governista, conquistaram 12% e 5% dos votos.

Apesar da guinada à direita na França, na Alemanha e na Bélgica, e do enfraquecimento do

grupo liberal Renew Europe (Renovar a Europa), com 79 cadeiras (10,09%), e dos Verdes, com 52 assentos (7,36%), a composição do Parlamento Europeu foi pouco alterada. O Partido Popular Europeu (democrata-cristão) continua sendo a principal força política da União Europeia, com 185 cadeiras (25,93%), mesmo com o recuo do partido de Macron, o Renascimento.

A Aliança Progressista (socialistas e social-democratas), mesmo enfraquecida, continua sendo a segunda força, com 134 cadeiras (18,61%). A extrema direita liderada pela francesa Marine Le Pen e a primeira-ministra da Itália, Giorgia Meloni, o ECR (Conservadores e Reformistas), aumentou sua representação para 73 deputados (10,97%).

Especula-se que Macron planeja dividir o poder com a extrema direita, que passaria a ter responsabilidades governamentais até as

eleições presidenciais de 2027. Ou seja, o partido de Le Pen passaria de estilingue à vidraça. Mas é preciso combinar com os eleitores franceses, que votaram na extrema direita na maioria das cidades.

Decadência europeia

A coligação União Nacional (RN), de Jordan Bardella, recebeu o dobro da votação do partido de Emmanuel Macron. O novo líder de extrema direita é um jovem carismático visto como capaz de mudar o destino da França. Assumiu a liderança do Rassemblement National (RN) em 2022 e já se tornou uma estrela da política europeia.

Nascido em 1995, nos subúrbios parisienses, filho de imigrantes italianos, emergiu como figura pública nos violentos tumultos nos subúrbios franceses em 2005, aos 17 anos, juntando-se ao partido de extrema direita de Marine Le Pen.

O fortalecimento da extrema direita na Europa é visto com preocupação, mas precisa ser analisado no contexto da bipolaridade Estados Unidos versus China. A economia europeia hoje representa apenas 14,1% da economia global; 1980, eram 25,8%, segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Ao mesmo tempo, os Estados Unidos caíram, de 21,3% para 15,5%, enquanto a China, vertiginosamente, saltou de 2,26% para 19,01%. Na equação econômica, há uma variável demográfica inescapável: enquanto a população europeia diminui, a asiática cresce, principalmente na Índia, que é outra potência emergente, inclusive científica.

Além disso, o impacto da revolução digital nas estruturas de produção e na vida da sociedade afeta diretamente a produtividade das empresas e o comportamento social, ainda mais depois da desorganização de estruturas de classes da sociedade industrial.

Quem mais sofre com essa mudança são as forças de

esquerda socialista e social-democrata, que se reproduziam no âmbito das atividades laborais e do ambiente familiar, que passaram por mudanças radicais, e cujas doutrinas se tornaram em grande parte obsoletas.

Mas não apenas, os setores liberais também estão sendo postos em xeque pela crise de representação das democracias do Ocidente. A revolução digital desencadeou um processo de modernização cuja velocidade as instituições democráticas não estavam preparadas para acompanhar.

Além disso, os direitos conquistados com o estado de bem-estar social, principalmente na Europa, que garantia abundância de mão de obra saudável e escolarizada, já não têm a mesma funcionalidade, ante a substituição do trabalhador direto pela mecanização e pela automação. Em grande parte, isso explica a mudança de comportamento de eleitores que antes votavam na esquerda e, hoje, se posicionam como grupos de interesse nas redes sociais.